



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias do que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

| ASSINATURAS | |
|--|-------------|
| As 3 séries | Ano 240\$00 |
| A 1. ^a série | 90\$00 |
| A 2. ^a série | 80\$00 |
| A 3. ^a série | 80\$00 |
| Avulso: Número de duas páginas 30\$00; do mais de duas páginas 30\$00 por cada duas páginas | |

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a linha, acrescido do respectivo imposto do sôlo. Os anúncios a que se refere os §§ 1.^º e 2.^º do artigo 2.^º do decreto n.^º 10:112, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Decreto n.^º 21:369 — Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Misericórdia de Cantanhede.

Ministério das Finanças:

Decreto n.^º 21:370 — Permite a nomeação de aspirantes estagiários e contratados da Direcção Geral das Contribuições e Impostos até o número dos aspirantes que estejam desempenhando as funções de oficiais, e legaliza as nomeações feitas e o abono dos respectivos vencimentos.

Rectificação ao decreto n.^º 19:967, que regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano económico de 1931-1932.

Ministério das Colónias:

Declaração de que os decretos n.^º 17:782 e 20:918, promulgados pelo Ministério do Comércio e Comunicações, devem ser publicados nos *Boletins Oficiais* de todas as colónias.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

2.^a Repartição

Decreto n.^º 21:369

Usando da faculdade que me confere o n.^º 2.^º do artigo 2.^º do decreto n.^º 12:740, de 26 do Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.^º do decreto n.^º 15:331, de 9 de Abril de 1928: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior e de harmonia com o artigo 438.^º do Código Administrativo de 1896, aprovar o quadro do pessoal da Misericórdia de Cantanhede, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

| | |
|---|-----------|
| 1 secretário | 3.600\$00 |
| 1 tesoureiro | 150\$00 |
| 1 capelão | 1.800\$00 |
| 1 sacerdote | 150\$00 |
| 1 directora | 1.200\$00 |
| 1 facultativo | 3.000\$00 |
| 1 enfermeiro | 1.200\$00 |
| 1 enfermeira | 1.200\$00 |
| 1 cozinheira | 1.200\$00 |
| 1 farmacêutico | 1.800\$00 |
| 2 professores de ensino primário, cada um com | 1.200\$00 |

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| 1 professora de português e francês | 2.400\$00 |
| 6 criadas, cada uma com | 360\$00 |
| 1 hortelão | 2.520\$00 |
| 1 ajudante de hortelão | 1.800\$00 |
| 1 veterinário (avença) | 100\$00 |
| 1 barbeiro (avença) | 100\$00 |

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 15 de Junho de 1932.— ANTONÍO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA— Mário Pais de Sousa.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.^a Repartição

Decreto n.^º 21:370

Considerando que não está completamente preenchido o quadro de oficiais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, havendo aspirantes a desempenhar aquelas funções;

Considerando que por esse facto têm sido nomeados aspirantes estagiários e contratados que excedem o número do quadro fixado;

Usando da faculdade que me confere o n.^º 2.^º do artigo 2.^º do decreto n.^º 12:740, de 26 do Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.^º do decreto n.^º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.^º Em quanto não fôr completamente preenchido o quadro de oficiais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, os aspirantes que, nos termos do § 1.^º do n.^º 6.^º do artigo 66.^º do decreto n.^º 18:176, do 8 de Abril de 1930, tenham desempenhado ou desempenhem as funções incréntes àquela categoria consideram-se, desde a data daquele decreto n.^º 18:176, na situação do pessoal além dos quadros, podendo ser nomeados tantos aspirantes estagiários e contratados quantos perfaçam o número de aspirantes que estejam exercendo as funções de oficiais.

Art. 2.^º Ficam devidamente legalizadas e regularizadas as nomeações já feitas de aspirantes estagiários e contratados que excedam o quadro de aspirantes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, devendo continuar a satisfazer-se a estes funcionários e aos aspirantes a que se refere o artigo 1.^º do presente decreto, incluindo os estagiários e contratados que de futuro se-